
A Organização do Conhecimento na Comunidade Científica Brasileira da Ciência da Informação: uma investigação no âmbito da ISKO-Brasil

Knowledge Organization in Brazilian Scientific Community for Information Science: a research within the ISKO-Brazil

Rodrigo de Sales

Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense. Rua Lara Vilela, 126, São Domingos, Niterói, RJ. CEP 24210-590. Brazil. rodrigosaes@id.uff.br

Resumo

A relação existente entre a organização do conhecimento (OC) e a Ciência da Informação (CI) é um assunto que revela diferentes perspectivas na literatura internacional e nacional. É possível observar uma tradição que insere a organização do conhecimento como parte integrante da Ciência da Informação, ao mesmo tempo em que se observam autores, especialmente no âmbito da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), que preferem abordar a organização do conhecimento e a Ciência da Informação como áreas separadas. É justamente a relação entre a OC e a CI que o presente estudo se propôs a investigar. Subsidiada teoricamente pelos estudos publicados pelos pesquisadores da ISKO e da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação) e respaldada metodologicamente pelas técnicas da Análise de Conteúdo, a investigação aqui apresentada busca compreender como a comunidade científica brasileira da Ciência da Informação vem teoricamente concebendo a OC e a relacionando com a CI. Tal pesquisa pode contribuir de maneira fundamental para o aprofundamento do debate sobre a OC no Brasil e, principalmente, para a compreensão de como a comunidade científica do país a coloca em relação à Ciência da Informação.

Palavras chave: Organização do conhecimento. Ciência da Informação. International Society for Knowledge Organization (ISKO). ISKO-Brasil. Análise de Conteúdo.

1. Introdução

Reconhecidamente definida e institucionalizada no período pós-guerras (Borko, 1968; Saracevic, 1996), a Ciência da Informação pode ser entendida como “campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação desde sua criação até sua utilização, e sua transferên-

Abstract

The relationship between knowledge organization (KO) and Information Science (IS) is a subject that reveals different perspectives in international and national literature. It is possible to observe a tradition that places knowledge organization as part of Information Science, while some authors, especially within the International Society for Knowledge Organization (ISKO), prefer to address the knowledge organization and Information Science as separate areas. It is precisely the relationship between both areas that this research intends to investigate. Theoretically supported by studies published by researchers from ISKO and ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação) and methodologically supported by the techniques of content analysis, this research seeks to understand how the Brazilian scientific community is theoretically conceiving KO and relating it to the IS. Such research can be important to enhance the debate on KO in Brazil, and especially to understand how the scientific community in Brazil places it in relation to Information Science.

Keywords: Knowledge organization. Information Science. International Society for Knowledge Organization (ISKO). ISKO-Brazil. Content analysis.

cia ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais” (Smit & Barreto, 2002, p. 17-18). Para Saracevic (1996), o problema central a ser resolvido pela Ciência da Informação diz respeito à recuperação da informação. Após a Segunda Guerra, a capacidade de armazenamento de informações juntamente com a habilidade de recuperá-las eficien-

temente eram preocupações centrais dos estados nela envolvidos, especialmente dos Estados Unidos. Nesse período, ocorreram eventos na *Royal Society* (Inglaterra) e no *Georgia Tech* (Estados Unidos) que movimentaram bibliotecários e documentalistas, entre outros profissionais e cientistas, para discutirem e desenvolverem os assuntos atinentes ao armazenamento e à recuperação da informação. Esses eventos deram origem ao nome *Information Science*, que teria sido utilizado pela primeira vez no evento da *Royal Society* de 1948 e disseminado pelas reuniões do *Georgia Tech* de 1961 e 1962.

Nota-se que organizar informação para mais bem recuperá-la parece ter sido o mote da Ciência da Informação desde seu início. Porém, quando o assunto organização da informação se aproxima do assunto organização do conhecimento, algumas visões distintas surgem e inquietam os estudos da área. Definir o conceito de organização da informação parece ser tarefa menos árdua que definir organização do conhecimento. Para Guimarães (2008), a organização da informação, enquanto área de estudo que integra a Ciência da Informação, consiste em um dos espaços investigativos dessa ciência, possuindo natureza mediadora na medida em que propicia a interlocução entre os contextos de produção e uso da informação. Para Bräscher e Café (2010), a organização da informação se relaciona com as atividades e processos atinentes à organização material da informação, à organização dos itens informacionais nas unidades de informação.

Observa-se, com base nessas definições, que a organização da informação se articula fundamentalmente com as práticas desenvolvidas pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação. O mesmo não parece ocorrer com igual tranquilidade quando o assunto é a organização do conhecimento. Segundo Bräscher e Café (2010), a organização do conhecimento, inserida também no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, diz respeito à organização e à sistematização cognitiva do conhecimento, à organização dos conceitos, bem como à construção de sistemas de organização do conhecimento.

Embora a definição acima coloque a organização do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, assim como o faz a organização dos grupos de trabalhos da ANCIB, outras definições parecem afastar essa relação de pertencimento, onde a organização do conhecimento não figuraria como algo dentro da Ciência da Informação. Talvez, os casos mais explícitos em que a organização do conhecimento não se

submete à Ciência da Informação sejam encontrados em Dahlberg (1993, 1995, 2006 e 2014) e em Hjørland (2008). Esses autores, pesquisadores centrais da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), embora não sejam os únicos, são os que mais evidentemente buscam (no âmbito internacional) atribuir à organização do conhecimento certa autonomia, seja enquanto disciplina, enquanto campo de estudo ou, ainda, enquanto nova ciência.

O que interessa, aqui, não é a discussão teórica acerca do que é uma “ciência”, um “campo”, um “sub-campo” ou uma “disciplina”, mas, sim, explorar esse desprendimento da organização do conhecimento (OC) com relação à Ciência da Informação (CI), essa visão que aborda organização do conhecimento e Ciência da Informação como duas coisas separadas.

Pensando na organização do conhecimento praticada e teorizada pelos pesquisadores brasileiros, o que se investiga por ora é a compreensão de como a comunidade científica brasileira aborda a relação entre a OC e a CI. Desse modo, com o intuito de trazer à luz alguns resultados que podem contribuir para um entendimento mais preciso a esse respeito, buscou-se, como objetivo, investigar como a comunidade científica brasileira vem concebendo a organização do conhecimento e sua relação com a Ciência da Informação.

Para tanto, empregou-se técnicas de Análise de Conteúdo, definidas por Laurence Bardin, para analisar os trabalhos publicados no âmbito do principal fórum de debate sobre organização do conhecimento no Brasil: o Capítulo Brasileiro da ISKO.

2. Pressupostos teóricos

As publicações dos pesquisadores da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), especialmente na primeira década do século XXI, revelam a predominância de uma perspectiva que define a organização do conhecimento (OC) como um “fazer” de natureza “operacional” (Garcia, Oliveira, Luz, 2000; Green, 2002; García Gutiérrez, 2002), cujos objetos de investigação são, principalmente, os conceitos e as estruturas conceituais (Kent, 2000; Green, 2002; Ohly, 2008, Smiraglia, 2010), formalizadas instrumentalmente nos sistemas de organização do conhecimento, tais como os sistemas de classificação, os tesouros e as ontologias (Albrechtsen, 1990; Kent, 2000; Green, 2002; Zhrebchevsky, 2010; Souza; Tudhope e Almeida, 2010). Nesse sentido, percebemos uma organização do conhecimento ligada, em grande medida, às atividades (práticas e intelectu-

ais) atinentes à Ciência da Informação e à Biblioteconomia, mais especificamente àquilo que podemos chamar de Tratamento Temático da Informação (Foskett, 1973).

No que se refere à natureza da organização do conhecimento, Hjørland (2008), com sua concepção de *narrow meaning* da organização do conhecimento, foi categórico ao afirmar que, embora diga respeito às atividades operacionais desempenhadas por bibliotecas, arquivos e bases de dados, a organização do conhecimento consiste em um “campo de estudo” preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos e dos sistemas de organização do conhecimento. *Campo de estudo* foi também o termo utilizado por Dahlberg (1993) ao se referir à natureza da organização do conhecimento (ainda em formação) em seu artigo *Knowledge Organization: its scope and possibilities*. Essa ótica de organização do conhecimento enquanto campo de estudo é, de certa forma, reforçada por alguns artigos publicados no 12º Capítulo Internacional da ISKO, tais como encontrado em Ohly (2012), Guimarães, Oliveira & Gracio (2012) e Barros & Moraes (2012).

Evidencia-se, de início, pelo menos duas perspectivas no que diz respeito à natureza da organização do conhecimento (OC): a OC enquanto um fazer operacional, atinente às atividades próprias das unidades de informação e, a OC enquanto campo de estudo, preocupado com o desenvolvimento teórico, metodológico, instrumental e prático da organização do conhecimento. No entanto, perceber-se-á, mais adiante, que as diferentes perspectivas a respeito da organização do conhecimento (diferentes, mas não excludentes) ajudam a compor sua própria compreensão teórica.

O termo organização do conhecimento pode ser encontrado já em um artigo publicado em 1903 por Paul Otlet, intitulado “A Ciência da Bibliografia e da Documentação”, traduzido por Rayward no ano de 1990. Porém, a *organização do conhecimento* abordada no referido artigo de Otlet dizia respeito aos fatos e considerações externas que organizavam o conhecimento, tais como as sociedades, as associações, os congressos, o ensino e, também, as discussões e avanços formulados em milhares de documentos, principalmente em artigos. Neste último aspecto, faziam-se necessárias atividades de produção, preservação, indexação, bibliografias sistêmicas etc. Nas palavras do próprio Otlet

As one has just seen, everything which deals with scientific documentation, can, in the final analysis, be considered as a branch of the organization of knowledge. Nevertheless, because of its importance to make this branch of study [...] an inde-

pendent and self-contained subject (Otlet, 1990, 75).

Tal afirmação revela que em 1903 Otlet já chamava a atenção para a importância de se considerar a organização do conhecimento como um assunto independente e autossuficiente. No entanto, lembra-se que o termo organização do conhecimento de Otlet dizia respeito ao entorno exterior da ciência, ou seja, às instituições, às associações, aos eventos, às publicações etc., que organizavam o conhecimento. Nessa forma mais abrangente de organização do conhecimento, produzir, conservar, catalogar, classificar, indexar e sistematizar, seriam apenas partes integrantes (ramos) da OC, e não o seu cerne.

A vasta contribuição de Otlet para a sistematização no tratamento dos assuntos de documentos, no âmbito do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), tais como a análise de assuntos baseada em unidades de informação (fatos, eventos e conceitos), a representação desses assuntos em repertórios enciclopédicos e a construção do Repertório Bibliográfico Universal, que culminou na Classificação Decimal Universal, situavam-se naquilo que Otlet chamou, no artigo de 1903, de Ciência da Bibliografia, e não organização do conhecimento.

Desse modo, verifica-se que a organização do conhecimento referenciada por Otlet no início do século XX não se articula com a organização do conhecimento da ISKO, que, orientada pelos aspectos teóricos, metodológicos e instrumentais dos sistemas de classificação e, posteriormente, dos tesouros, buscou em Henry Evelyn Bliss seu fio condutor inicial.

Contudo, cabe destacar que existe sim uma ressignificação de Otlet no âmbito da ISKO quando Hjørland (2008), a partir da perspectiva de um *broader meaning*, ou de uma organização social do conhecimento, contempla aspectos otletianos na construção de um saber e incorpora, também, a questão da ênfase na busca e na recuperação da informação, pivô das preocupações de Otlet.

A despeito da concepção difusa e não aprofundada de organização do conhecimento de Otlet, o fato é que a *knowledge organization*, enquanto espaço investigativo, ganhou corpo somente a partir da década de 1990, logo após a criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), liderada por I. Dahlberg e influenciada pelos pré-anúncios de H. E. Bliss.

Para se compreender a instauração da Organização do Conhecimento (OC), enquanto campo

de reflexão ou fórum científico, é necessário retomar alguns fatos que ajudaram a constituí-la e institucionalizá-la como tal, primeiramente no âmbito internacional, posteriormente, no âmbito brasileiro.

2.1. A ótica de Dahlberg

Na década de 1980, Dahlberg, que acabara de deixar a *Society for Classification* sob o comando de matemáticos e estatísticos (que já haviam ocupado espaço majoritário no Conselho da referida Sociedade), fundou a *Knowledge Organization*, que se tornaria, em 1989, a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). Em 1993, o periódico chamado *International Classification*, fundado em 1974, tornou-se o tão renomado *Knowledge Organization Journal*. Os dois acontecimentos mencionados por Dahlberg (1993, 1995) dão uma ideia do quão indissociavelmente ligadas estavam a organização do conhecimento e a classificação (ou sistemas de classificação) nas discussões da década de 1990. Aliás, ao desenvolver o artigo de 1993, intitulado *Knowledge Organization: its scope and possibilities*, que pode não ser o texto fundador da ISKO mas, certamente, é um marco para o início da formação de seu discurso (Murguía & Sales, 2013), Dahlberg apresentou uma tabela de classificação que hierarquizava e relacionava os assuntos tratados no âmbito da literatura de organização do conhecimento – *Classification System for Knowledge Organization Literature*. Na referida tabela, os sistemas de classificação estão presentes em quatro das dez classes principais de assuntos. Ainda, ao explicar a respeito dessa definição classificatória, Dahlberg (1993) lança mão do agrupamento de três em três classes por meio da organização em facetas, princípio proveniente da teoria da classificação de Ranganathan.

Além da fundamentada presença da classificação e da indexação como cerne da discussão de Dahlberg, que buscava legitimá-la por meio do *Classification System for Knowledge Organization Literature*, é flagrante também o espaço de destaque que a construção de tesouros ocupa entre os assuntos tratados pela então “nova” organização do conhecimento (OC). No mesmo texto em que Dahlberg (1995) disserta a respeito das tendências da organização do conhecimento, onde lançou mão da expressão “classificação reconsiderada”, a autora coloca de igual importância a contribuição teórica e metodológica que os tesouros trouxeram para o desenvolvimento da OC, chegando a empregar o termo “o período dos tesouros”, ao discorrer sobre informações históricas.

Quando da fundação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), em julho de 1989, a discussão em torno de qual seria o termo mais apropriado para denominar este novo espaço investigativo aventou pelo menos duas possibilidades: *knowledge order* (ordem do conhecimento), em equivalência ao termo *classification*, como o termo adotado quando da fundação da *Gesellschaft für Klassifikation* (Sociedade de Classificação) na Alemanha, em 1977, e; *knowledge organization*, cuja composição *organization of knowledge* já havia sido adotada por Henry Evelyn Bliss em publicações datadas de 1929 e 1933 (Dahlberg, 2006). Por se tratar de uma sociedade internacional, as traduções para a língua inglesa foram definitivas para a decisão do termo preferido. Segundo Dahlberg (2006), a combinação do termo *knowledge* com o termo *order* poderia causar confusão se associado ao verbo *to order* (pedir). Mas, a despeito dos reais motivos que levaram à preferência pela denominação *knowledge organization*, é flagrante a ligação “umbilical” que a organização do conhecimento desenvolvida pela ISKO tem com o mundo das classificações (ordem do conhecimento).

Juntaram-se às bases estruturantes de preocupações conceituais, guiadas pelas questões relativas à construção de sistemas de classificação e de tesouros, as preocupações de caráter terminológico e ontológico, tomando de empréstimo, assim, contribuições advindas da Terminologia e da Filosofia, evidenciando a postura interdisciplinar da OC que, nesse momento, já ganhava contornos de campo de estudo ou espaço investigativo.

Nas palavras de Dahlberg (2006), organização do conhecimento compreende

os objetos e as atividades da teoria do conceito, da classificação e indexação e da representação do conhecimento, entendendo por representação do conhecimento não somente a estrutura lógica de representação conceitual, mas também todas as questões ligadas à nomeação de conceitos por termos mais apropriados, considerando também as questões terminológicas (p.12. Tradução livre).

Influenciada por Bliss, Dahlberg (1993), reclamava por uma OC que efetivamente consistisse em um campo que pudesse lidar com questões atinentes às mais variadas possibilidades de conhecimento, provenientes das mais diversas áreas. Dessa forma, fazia-se necessário expandir a perspectiva, até então preferencialmente abordada por bibliotecários e profissionais da informação, para “qualquer pessoa disposta a adotar um modo mais consistente de vida e de estudos” (Dahlberg, 1993, p. 212. Tradução livre). Para a autora, a organização do conheci-

mento ensinada aos estudantes universitários, por exemplo, potencializaria seus estudos. De especial maneira, a organização do conhecimento deveria ser ensinada aos estudantes da área de Educação que, por sua vez, passariam tais ensinamentos aos seus futuros alunos. Outro grupo que Dahlberg (1993) considerava importante ter contato com a OC era o de pessoas ligadas às lideranças políticas, industriais e sociais.

Para Murguia & Sales (2013), além da definição de uma classificação para a OC e de uma definição das possibilidades de atuação do campo, outro esforço de legitimar um discurso para uma organização do conhecimento enquanto campo de estudo, flagrante no artigo de Dahlberg (1993), é a postulação de dez medidas que a autora propõe aos seus colegas de ISKO: 1) funções a serem desempenhadas pelos membros da ISKO; 2) elaboração de livros que apresentassem o arcabouço teórico e metodológico da OC; 3) treinamento de professores; 4) encontros/conferências para a discussão de tópicos correntes; 5) centros de pesquisa, onde deveriam ser estabelecidas colaborações com pesquisadores de outras áreas; 6) grupos de pesquisa para coordenar estudos atinentes aos sistemas de classificação e tesouros; 7) colaboração de pesquisa internacional; 8) publicação de periódicos sobre OC; 9) formalização de um sistema de classificação e de um tesouro para a literatura da área e; 10) publicação de uma bibliografia atualizada de todos os assuntos pertinentes à OC (Dahlberg, 1993. Tradução livre).

As preocupações com a formalização e com a institucionalização de um campo vinham acompanhadas, obviamente, por uma preocupação de desenvolvimentos teórico e metodológico. Conforme apresentado anteriormente, o termo organização do conhecimento, que já havia sido adotado nos livros de Evelyn Bliss – *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* (1929) e *The Organization of Knowledge in Libraries* (1933) – e tematizado como *Organization of Knowledge and Documentation*, na dissertação de Dagobert Soergel, em 1971, passou a ser adotado e estudado por Dahlberg a partir de sua dissertação, intitulada *Foundations of Universal Organization of Knowledge*, publicada em 1973 (Dahlberg, 1993; 1995).

Para a autora, a organização do conhecimento é, sobretudo, uma organização de unidades de conhecimento, ou seja, uma organização de conceitos. A afirmação de Dahlberg (1978, 1995) de que as unidades de conhecimento, ou melhor, os conceitos, são enunciados essenciais e verdadeiros a respeito de algum objeto referente e sua síntese formalizada por alguma

designação (codificada ou verbal), foi amplamente aceita e difundida na comunidade internacional da OC. Juntamente com as abordagens da teoria da classificação facetada, de Ranganathan e dos pesquisadores do *Classification Research Group* (CRG), usadas como base fundamental para a construção de sistemas de classificação e de tesouros, bem como com as teorias provenientes da terminologia, em especial a Teoria Geral da Terminologia de Eugen Wüster, a teoria do conceito de Dahlberg compôs a base forte e inicial do discurso da OC no âmbito da ISKO (Murguia & Sales, 2013).

É importante destacar que, embora Dahlberg tenha inicialmente lançado mão das preocupações anunciadas por Bliss (1929, 1933), cujo foco estava direcionado ao desenvolvimento da classificação como resolução dos problemas teóricos e práticos da organização do conhecimento nas bibliotecas, a autora expandiu tais preocupações para outras áreas, fazendo uso dos princípios da classificação e da teoria do conceito para solucionar e discutir problemas típicos de um campo de estudo maior, não restrito ao ambiente biblioteconômico, como propunha Bliss. Talvez, essa tenha sido a mola propulsora para a instauração de um possível novo campo.

Em 2006, em artigo intitulado *Knowledge Organization: a New Science?*, Dahlberg novamente apresenta uma real intenção de abordar a organização do conhecimento como um espaço autônomo e mais abrangente que aquele tradicionalmente ligado às bibliotecas e unidades de informação. Desta feita, Dahlberg (2006) prefere o termo “disciplina científica”. A autora procura imprimir sua ideia de organização do conhecimento, enquanto “nova” disciplina científica, apresentando possíveis objetos, métodos e atividades da organização do conhecimento, bem como assuntos específicos da área. Neste artigo, Dahlberg (2006) chega a propor que se encontre uma instituição de trabalho formada por cientistas, organizadores do conhecimento e terminologistas dedicados à coleção, à definição e à sistematização de conceitos de todos os campos de assuntos, por meio de uma estrutura de categorização formalizada por uma Classificação de Codificação de Informação, por ela definida. A autora localiza, dentro de um sistema universal das ciências, a organização do conhecimento como um sub-campo da Ciência da Ciência.

No mesmo artigo, Dahlberg (2006) esboça a organização do conhecimento como uma possível nova ciência. A autora lança mão de distinções feitas por Alwin Diemer para arriscar tratar a organização do conhecimento como uma nova

ciência, com objetos, métodos, ações e conteúdos próprios.

Em comunicação publicada no v. 41, n. 1 de 2014 da revista *Knowledge Organization*, Dahlberg (2014) reafirma as ideias acima mencionadas e enfatiza ser necessário retirar a organização do conhecimento (OC) da Biblioteconomia e da Documentação para acomodá-la dentro da Ciência da Ciência, e, também, para outros domínios que lidam com insumos taxonômicos, tais como Zoologia, Botânica e Microbiologia. Em 2014, Dahlberg volta a reclamar pela formação de um instituto ou academia para a OC, com cientistas e especialistas engajados em um trabalho conjunto que poderia dar frutíferos resultados para o desenvolvimento da OC e da ciência como um todo. Em ambos os artigos, Dahlberg (2006 e 2014) sequer faz menção à Ciência da Informação (CI), deixando claro sua perspectiva de organização do conhecimento autônoma e independente, completamente desvinculada da CI. Para a autora, a OC definitivamente não deve estar conectada somente às ciências ligadas à informação mas, sim, à ciência ligada a todos os campos do saber - a ciência da ciência.

2.2. A ótica de Hjørland

Ainda no início do século XXI, Hjørland (2003, 2008), com uma perspectiva notadamente epistemológica, trouxe ao debate da OC a distinção entre a organização intelectual (cognitiva) do conhecimento e a organização social do conhecimento. Relativo à perspectiva cognitiva, também denominada pelo autor de “*narrow meaning*”, Hjørland (2003, 2008) afirmava se tratar da organização do conhecimento abordada, especialmente, pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação, cujo foco recaía nos estudos atinentes aos processos e às construções instrumentais de OC, tais como descrição de documentos, classificação e indexação.

Para o autor, essa forma cognitiva de organização do conhecimento consiste em um campo de estudo preocupado com a natureza e com a qualidade dos processos, instrumentos e produtos desenvolvidos pelas atividades técnicas e específicas desempenhadas pelas bibliotecas, arquivos e bases de dados. Além da já mencionada contribuição teórica emprestada dos sistemas de classificação, que Hjørland (2008) a divide em abordagem tradicional (classificações decimais) e abordagem analítico-facetada (classificação facetada), o autor faz referência também às contribuições teóricas provenientes da recuperação da informação (RI) – e as implica-

ções tecnológicas a ela atreladas – da bibliometria e da análise de domínio.

Por organização social do conhecimento, ou “*broader meaning*”, Hjørland (2003, 2008) afirma se tratar basicamente das organizações e categorizações das profissões e das disciplinas, ou seja, a divisão social do labor mental, como por exemplo, a organização dos currículos dos cursos universitários, que dividem e relacionam as diferentes disciplinas e, as tabelas oficiais que formalizam e legitimam as ocupações profissionais de um país, como, por exemplo, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Para o autor, as tradicionais classificações de bibliotecas, como a Classificação Decimal de Dewey, por exemplo, são verdadeiras organizações sociais do conhecimento, uma vez que estruturam suas formas de representação do conhecimento por meio da divisão e do relacionamento entre as disciplinas.

No que diz respeito à interdisciplinaridade do campo da OC, a exemplo de Dahlberg (1993), que propôs a aproximação da organização do conhecimento com as áreas sociais (educação, política, indústria e sociologia), afirmando se tratar de um campo interdisciplinar que se valia, pelo menos, da Filosofia e da Terminologia, Hjørland (2008) ressalta não ser a organização do conhecimento um assunto exclusivo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, mas também de domínios como a Computação, a Linguística e o Processamento de Linguagem Natural, a Teoria do Conhecimento e a Teoria da Organização Social. Ademais, o autor menciona que também é interesse de outros campos a definição de questões referentes à organização de conhecimento, tais como a Sociologia do Conhecimento e a Metafísica/Ontologia.

A delimitação do objeto de estudo da OC também foi foco de preocupação para Hjørland (2008). O autor apresentou uma distinção relativa a alguns conceitos que podem ser considerados unidades de estudo da OC. Para a Ciência da Informação as unidades seriam os documentos, incluindo aí livros, artigos, documentos arquivísticos, objetos de museus etc., notadamente tratados por bibliotecários, arquivistas, documentalistas e demais profissionais da informação. Para os cientistas da computação, por sua vez, as unidades a serem observadas seriam a informação passível de ser armazenada e recuperada em sistemas computadorizados (Hjørland, 2008).

Para o autor, no campo, propriamente dito, da OC, a unidade estudada podia ser considerada o “conhecimento enquanto um consenso estabelecido”, conforme acreditava Evelyn Bliss ou,

o “conceito”, na perspectiva de que tratam de verdadeiras unidades de conhecimento, como defendia Dahlberg.

Hjorland (2008) parece revelar a existência de diferentes óticas dentro da própria OC, uma promovida pelo pessoal da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, outra pelos informáticos e, ainda, uma perspectiva alavancada pelos pensadores, convencionalmente, assentados no chamado campo da *Knowledge Organization*.

Com base nessa literatura, que busca apresentar e consolidar a OC como campo de estudo, ou disciplina científica, é possível visualizar pelo menos dois momentos fundamentais: um primeiro conduzido pelas ideias de Dahlberg, que marcou a última década do século XX, instaurando e institucionalizando a OC como área investigativa independente e; um segundo momento que, na análise mais abrangente de Hjorland, sobretudo na primeira década do século XXI, dedicou-se a reforçar o discurso da OC como um campo de estudo interdisciplinar e autônomo. Nesse sentido, é possível afirmar que, no âmbito internacional, a OC ganhou contornos científicos após a criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e delimitou seu território lançando um olhar teórico para resolver questões fundamentais de organização de saberes, por meio da classificação sistemática do conhecimento, seja numa esfera mais específica (organização cognitiva), seja numa esfera mais abrangente (organização social).

Pode-se afirmar que estamos longe de um consenso a respeito da efetiva ligação teórica e metodológica entre Ciência da Informação e organização do conhecimento. Ora encontramos uma tradição, própria da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI), que prefere abordar a organização do conhecimento como fundamentalmente discutida no âmbito do tratamento temático da informação, que se caracterizaria como um espaço investigativo pertencente BCI, respaldada, por exemplo, pelos estudos de Foskett (1973); ora encontramos uma perspectiva epistemológica que desmonta essa relação de pertencimento, alegando que a BCI seriam disciplinas centrais que serviriam de aportes para conduzir os assuntos de parte da OC (notadamente, a organização cognitiva do conhecimento) – Hjorland. Observa-se, ainda, uma ótica que desvincula, quase que definitivamente, a OC da BCI – Dahlberg.

Nesse cenário, é possível destacar pelo menos três perspectivas que ajudam a compreender a organização do conhecimento e sua relação com a Ciência da Informação. A primeira pers-

pectiva, especialmente enunciada por Dahlberg, adota teorias e métodos próprios da BCI para tratar de assuntos atinentes às atividades também próprias da BCI (classificação, indexação e representação do conhecimento), ao mesmo tempo em que busca independência enquanto disciplina científica, posicionando-se como um sub-campo de uma Ciência da Ciência.

A segunda perspectiva, alavancada pelas publicações de Hjorland, vale-se de assuntos próprios da BCI (especialmente os relacionados à recuperação da informação e às tecnologias de informação) para resolver apenas parte da organização do conhecimento, a parte relativa à organização cognitiva do conhecimento (*narrow meaning*), como aqueles assuntos que dizem respeito às unidades de informação. Essa perspectiva localiza a BCI como parte integrante da organização do conhecimento, que, por sua vez, preocupa-se com questões mais abrangentes e escapa à alçada daquela.

Por fim, nota-se uma terceira perspectiva que aborda a organização do conhecimento como um espaço investigativo preocupado com o desenvolvimento de teorias, métodos e práticas mediadoras que ligam os contextos de produção e de uso da informação, notadamente inserido na BCI. Essa perspectiva tradicionalmente coloca a organização do conhecimento como parte integrante da Ciência da Informação e parece não buscar independência, mas contribuir para o espaço central da BCI.

Embora apresentem traços que as distinguem, as três perspectivas aqui apresentadas, que, certamente, não são as únicas, revelam um ponto em comum, pois suas argumentações, em algum momento, lançam mão e encontram condições de manifestação nas teorias e práticas da Ciência da Informação.

2.3. O cenário brasileiro

No Brasil, os estudos de organização do conhecimento, enquanto espaço investigativo, encontraram lugar e visibilidade no âmbito do Grupo de Trabalho GT 2 – *Organização e Representação do Conhecimento*, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Fundada em 1989, a ANCIB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, formada por cursos e programas de pós-graduação de Ciência da Informação (sócios institucionais) e por professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos programas do país (sócios individuais). A finalidade da ANCIB é “acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-

graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil” (ANCIB, 2014).

Do ponto de vista da organização temática, a ANCIB estrutura seus debates e suas reflexões, notadamente ocorridos nos Encontros Nacionais de Pesquisa da ANCIB (ENANCIBs), por meio de Grupos de Trabalhos. Os grupos de trabalhos da ANCIB representam grandes temáticas especializadas estudadas na área da Ciência da Informação.

Embora os estudos relativos à organização do conhecimento, tais como aqueles relacionados à catalogação, à classificação, à indexação e à recuperação da informação, já estivessem presentes nas pesquisas da área da Ciência da Informação no Brasil desde sua institucionalização na década de 1970, no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foi por meio das pesquisas apresentadas no GT 2 da ANCIB (nos ENANCIBs) que professores e pesquisadores puderam alavancar e fortalecer o desenvolvimento da organização do conhecimento enquanto tema especializado da Ciência da Informação.

Nesse sentido, no Brasil, a organização do conhecimento figurou-se inicialmente como tema, ou sub-campo, da Ciência da Informação, uma vez que, além de nomear um dos Grupos de Trabalhos da ANCIB, a organização do conhecimento era, e ainda é, estudada predominantemente pelos pesquisadores da Ciência da Informação, que a refletem e a discutem dentro e a partir dos espaços próprios da Ciência da Informação.

Nos ENANCIBs de 2005, 2006 e 2007, por iniciativa dos pesquisadores do GT 2 da ANCIB, foi discutida e definida a criação do Capítulo Brasileiro da ISKO, oficialmente instalado pela aprovação de seu estatuto durante a realização do VIII ENANCIB, em Salvador (ISKO-Brasil, 2014).

Os objetivos definidos pela ISKO-Brasil são: a) promover a pesquisa, o desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização conceituais do conhecimento que promovam o estudo dos aspectos filosóficos e semânticos da estrutura do conhecimento; b) proporcionar os meios de comunicação e redes em organização do conhecimento para os seus associados, e; c) funcionar como ponto de rede entre instituições nacionais e internacionais que trabalham com questões relacionadas à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento (Ibdem).

Após sua criação, a ISKO-Brasil já realizou duas edições do Capítulo Brasileiro da ISKO, intitulados I e II Congresso Brasileiro em Organização

e Representação do Conhecimento, realizados, respectivamente, em Brasília (em 2011) e no Rio de Janeiro (em 2013). A terceira edição do Capítulo Brasileiro da ISKO será realizada neste ano de 2015 na cidade de Marília, no Estado de São Paulo. Nesses congressos foram apresentados trabalhos e conferências de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, dedicados ao desenvolvimento teórico, metodológico e prático da organização do conhecimento. Embora recente, o Capítulo Brasileiro já figura como um dos maiores capítulos da ISKO no âmbito internacional, e vem se consolidando como o principal fórum de debates relativos à organização do conhecimento no país.

Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa em organização do conhecimento (OC) desenvolvida pela comunidade científica brasileira atualmente encontra espaços de divulgação e de interlocução nos âmbitos do GT 2 da ANCIB e dos Congressos da ISKO-Brasil.

Com base nas diferentes formas de abordar a organização do conhecimento, evidencia-se o fato de que a relação entre a organização do conhecimento (OC) e a Ciência da Informação (CI) está longe de ser um consenso no âmbito da literatura da área. Conforme afirmado acima, três perspectivas distintas revelam diferentes possibilidades de compreensão acerca da organização do conhecimento. *Perspectiva 1:* evidencia a intenção de independência enquanto disciplina científica, posicionando-se como um sub-campo de uma Ciência da Ciência. Quando Dahlberg (1993, 1995 e 2006) procura definir o objeto, as atividades, os métodos, as metas dos pesquisadores, a classificação dos assuntos tratados, a criação de uma sociedade internacional, bem como quando lança mão de termos como “organizador do conhecimento”, ao se referir aos pesquisadores comprometidos com a OC, “campo de estudo” ou “disciplina científica”, ao se referir ao espaço pretendido (ou conquistado) pela pesquisa da OC, fornece indícios da intencionalidade de tratar a organização do conhecimento como campo ou disciplina independente.

Perspectiva 2: vale-se de assuntos próprios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para resolver apenas parte da organização do conhecimento, mais especificamente, a parte relativa à organização cognitiva do conhecimento (*narrow meaning*), como aqueles assuntos que dizem respeito às unidades de informação. Essa perspectiva localiza a Ciência da Informação como parte integrante da Organização do Conhecimento, que, por sua vez, preocupa-se com questões mais abrangentes. Hjørland (2008), principal incentivador dessa perspectiva,

com uma visão notadamente epistemológica, parece querer desmontar a relação de pertencimento em que a organização do conhecimento figura como um tema ou um sub-campo da Ciência da Informação.

Perspectiva 3: aborda a organização do conhecimento como um espaço investigativo preocupado com o desenvolvimento de teorias, métodos e práticas mediadoras que ligam os contextos de produção e de uso da informação, marcadamente inserido na Ciência da Informação. Essa perspectiva tradicionalmente coloca a organização do conhecimento como parte integrante da Ciência da Informação e parece não buscar independência, mas contribuir para o espaço central da CI. Essa ótica encontra apoio na tradição que coloca a organização do conhecimento em diálogo direto com a organização temática da informação, desenvolvida no e para o ambiente informacional. A organização estrutural dos grupos de trabalhos da ANCIB corrobora com essa perspectiva, uma vez que a organização do conhecimento figura como um dos grupos de trabalho inseridos na Ciência da Informação.

Tão somente com esses três exemplos de visões distintas a respeito da OC, é possível colocar em relevo uma preocupação no que se refere à falta de convergências de pensamentos quando o assunto é a relação que existe entre a organização do conhecimento (OC) e a Ciência da Informação (CI). Se por um lado se observa a tradição de tratar a OC como um tema ou um sub-campo da CI (*perspectiva 3*), por outro, verifica-se a abordagem de uma OC autônoma, cuja relação com a CI pode se dar apenas em um estágio inicial, para depois se consolidar como disciplina científica independente (*perspectiva 1*) ou, ainda, como uma interseção entre ambas para solucionar especificidades da OC (*perspectiva 2*). Essas três perspectivas servirão de variáveis de inferência para a análise que se segue.

3. Procedimentos metodológicos

Bardin (2003) define Análise de Conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38. Tradução livre).

A Análise de Conteúdo é dividida em três fases, a saber:

1. Pré-análise;
2. Exploração do material;
3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretações;

A fase da pré-análise é a fase da organização, que visa operacionalizar e sistematizar as primeiras ideias. Esta fase auxilia a elaboração de um plano de análise que conduzirá o desenvolvimento das operações. A pré-análise possui três missões principais: a escolha dos documentos que serão submetidos à análise, caracterizada pela construção de um *corpus de análise*, a formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores fundamentais à interpretação dos resultados.

A etapa da escolha dos documentos consiste na delimitação do universo de investigação (tipos de documentos a serem utilizados). O universo da presente pesquisa é formado pelos textos publicados nos Anais dos Capítulos Brasileiros da ISKO.

Seguindo a orientação de Bardin (2003), o próximo passo foi a criação de um corpus de análise, que consisti no conjunto dos documentos (textos) que efetivamente são submetidos à análise. Para a criação do corpus foram consideradas as quatro regras definidas pela autora: a) regra da exaustividade, b) regra da representatividade; c) regra de homogeneidade e; d) regra de pertinência.

O escopo para a formação do corpus de análise foi definido por todos os textos publicados por pesquisadores brasileiros nos Anais da ISKO-Brasil até hoje, a saber: 2011 e 2013. Portanto, em um universo de 86 publicações, contando que 19 delas são de autoria estrangeira, o corpus de análise ficou definido em 67 publicações de autoria brasileira. Cabe ressaltar que, embora todas as 67 publicações tenham sido analisadas, nem todas fazem menção aos aspectos relativos à natureza ou à relação da OC com a CI, não figurando, assim, nos resultados da análise. Entraram definitivamente na análise apresentada a seguir somente os textos que em algum momento se referem à natureza e/ou à relação da OC com a CI, que totalizaram 20 textos. Ou seja, dos 67 textos que foram analisados, somente 20 (29,8%) mencionaram alguma informação a respeito da natureza da OC e/ou a respeito da relação entre OC e CI.

Na fase destinada à formulação das *hipóteses*, Bardin (2003) ressalta que não há a necessidade de se criar um corpus de hipóteses previamente, pois a formulação dessas hipóteses muitas vezes consiste em explicitar direções para a análise, que se manifestam durante o processo investigativo (hipóteses implícitas). Neste caso, optou-se por trabalhar com hipóteses implícitas que se manifestaram no decorrer da análise, principalmente na fase de exploração do material.

A fase de elaboração dos *índices* e *indicadores* consiste na eleição de elementos (conceitos) que melhor explicitam o conteúdo de acordo com os objetivos da análise. À referida fase compete a função de indicar quais são esses índices, e organizá-los sistematicamente com indicadores (frequência, em caso de análise quantitativa, e, presença, em caso de análise qualitativa).

Os índices da análise foram definidos a partir do contato direto com os trabalhos analisados e, os indicadores foram a presença de tais índices nos respectivos trabalhos, visto se tratar de uma análise qualitativa. Os índices foram os termos *Organização do Conhecimento* e *Ciência da Informação*.

Como medida de classificação dos dados levantados, Bardin (2003) sugere o processo de *categorização*, que consiste no agrupamento em classes dos elementos (conceitos) convergentes em suas características. As categorias definidas foram: **Natureza da OC** e **Relação entre OC e CI**.

Para organizar a análise das informações extraídas dos textos, cada categoria foi orientada por variáveis de inferência, que permitiram investigar mais a fundo as ideias apresentadas pelos autores dos textos.

Seguindo o objetivo deste trabalho (que é o de entender como os pesquisadores brasileiros compreendem a relação entre a OC e a CI), foi necessário, primeiramente observar como os autores definem a natureza da OC. Assim, as variáveis de inferências para a categoria *Natureza da OC* foram: 1 - **território científico**; 2 - **ação**; 3 - **assunto** e; 4 - **ciência**.

Ou seja, quantos e quais autores consideram que a OC é um **território científico**, como, por exemplo, um campo, uma disciplina, um espaço investigativo, um domínio ou uma área de estudo. A junção de todos esses termos em uma mesma variável não significa considerá-los como de conceitos iguais, mas, tão somente, uma técnica de agrupamento de concepções que apresentam características semelhantes. Neste primeiro caso, respeitando os termos utilizados pelos próprios autores, que ora chamam a OC de campo de estudo, ora chamam de disciplina ou, ainda, de domínio, procurou-se preservar aquilo que há de comum entre os termos adotados, ou seja, a questão territorial – a OC como um território científico. O mesmo se aplica à definição das demais variáveis: **ação** – a OC vista como um processo, um conjunto de práticas ou, ainda, como uma atividade; **assunto** – para aqueles que a considera como um tema, ou uma linha de pesquisa ou, ainda, como um

objeto de estudo. A última das variáveis desta categoria parece ser a mais óbvia, **ciência**, para aqueles que consideram a OC como uma nova ciência.

O próximo passo foi definir as variáveis que permitiriam mais bem organizar e compreender as informações relativas a segunda categoria, *Relação entre OC e CI*:

- variável 1 - a OC como um **território científico autônomo e sem relação com a CI**;
- variável 2 - a OC como um **território científico autônomo mas que se relaciona com a CI**;
- variável 3 - a OC como **tema próprio da CI**, ou seja, a **OC como uma subárea da CI**.

Observados os princípios e regras descritos até aqui, partiu-se para a realização da *exploração do material* que, no estudo presente, consistiu no processo de leitura dos textos que compõem o corpus, visando à extração dos elementos necessários para analisar as variáveis acima descritas.

4. Resultados da análise

O Quadro I (em Anexo 1) apresenta o resultado da análise realizada, buscando relacionar os autores dos textos com as perspectivas por eles empregadas. Desse modo, acredita-se ser possível interpretar ou inferir como os pesquisadores do âmbito da ISKO-Brasil vêm relacionando a OC com a CI.

Tão somente os números iniciais que compuseram o corpus da análise já fornecem informações importantes sobre o perfil das publicações analisadas: cerca de 30% dos textos aqui investigados se propuseram, em algum momento, a delinear um entendimento a respeito da natureza da OC e/ou sua relação com a CI. Esse percentual, dentre outras deduções, permite inferir que a sedimentação dos aspectos epistemológicos da OC, nesta comunidade acadêmica, encontra-se em fase de desenvolvimento. Muito provavelmente isso se deva ao ainda curto trajeto percorrido enquanto comunidade autônoma, separada do GT2 da ANCIB, onde o imperativo de que a organização do conhecimento se tratava de um tema específico de uma área maior, chamada Ciência da Informação, era quase um consenso. Como dito anteriormente, os pesquisadores de OC no Brasil encontraram espaço próprio de investigação somente a partir de 2007, com a criação da ISKO-Brasil, que vem se intensificando desde 2011, após a realização de seu primeiro Capítulo.

Embora seja claro o fato de que discutir a natureza da OC, ou sua relação com a CI, não é necessariamente o propósito dos textos aqui analisados, ainda que de maneira preliminar, algumas interpretações a partir do Quadro 1 podem propiciar fortes indícios de como os pesquisadores brasileiros vêm relacionando ambas as áreas, afinal, a análise realizada permite constatar: a) como os autores estão predominantemente abordando a OC quanto a sua natureza e, b) onde os mesmos localizam a CI neste contexto.

Assim, a interpretação, possível por meio das variáveis de inferência, será aqui dividida e apresentada em dois momentos: um primeiro momento que diz respeito à categoria 1 – *Natureza da OC* e, um segundo momento que se refere à categoria 2 – *Relação entre OC e CI*.

Relativo à primeira categoria, é notório o fato de que a maioria dos textos, 50% (10 textos), consideram que a OC é um território científico, seja ela um campo, uma disciplina, um domínio ou uma área de estudos. Isto evidencia que na realidade brasileira a OC vem alcançado contornos de espaço investigativo próprio, transbordando a concepção de uma dimensão procedimental que a considera como uma ação, 15% (3 textos), e de uma dimensão temática, que a considera como um assunto 15% (3 textos). Cabe destacar que a concepção alavancada por Dahlberg no cenário internacional, que especula a OC como uma nova ciência, não parece ecoar significativamente no contexto da ISKO-Brasil, pois, tal concepção foi retratada em somente 1 dos textos analisados (5%).

Assim, é possível afirmar que a maior parte da comunidade brasileira de OC, no que se refere à sua natureza, a considera um território científico autônomo.

No que diz respeito à relação entre a OC e a CI, ponto de observação principal deste estudo (contemplado na categoria 2), para melhor compreender os resultados obtidos, faz-se a vinculação das variáveis de inferência com as perspectivas teóricas já apresentadas neste trabalho, a saber: perspectiva 1 – OC como território autônomo que não se relaciona com a CI, defendida por Dahlberg; perspectiva 2 – OC como território autônomo que se relaciona com a CI, defendida por Hjørland, e; perspectiva 3 – OC como subárea da CI, pertencente à CI, como propagado pela ANCIB e pela tradição de tratamento temático da informação.

Observou-se que a maioria dos textos analisados, 35% (7 textos), convergem com a perspectiva 2, entendendo que a OC é um espaço investigativo autônomo mas que guarda forte

interlocução com a CI. Logo em seguida, 4 textos (20% dos analisados) entendem que a OC é de fato um tema especializado ou uma subárea da CI, enquadrando-se na perspectiva 3. Somente 1 dos textos do corpus, 5%, converge com a perspectiva 1, de que a OC é um território autônomo que não se relaciona com a CI, ou, como prefere Dahlberg, que a OC é uma nova ciência. Vale destacar os percentuais dos textos que não fizeram menção alguma a respeito da natureza da OC (Gráfico 1 – Anexo 2) e da relação entre OC e CI (Gráfico 2 – Anexo 3). Enquanto 15% dos textos analisados não mencionaram informações a respeito da natureza da OC, 40% não o fizeram a respeito da relação entre OC e CI. Este dado revela como estudos desta natureza são cada vez mais necessários para uma melhor compreensão epistemológica da OC. Os gráficos 1 e 2 (Anexos 2 e 3) ilustram bem este cenário.

Com isso, o cenário que se descortina no âmbito da ISKO-Brasil é o de que os pesquisadores brasileiros, em sua maioria, entendem que a OC alcançou um status de território científico autônomo que está em constante diálogo com a Ciência da Informação. Em outras palavras, a OC, segundo esta comunidade científica, não se configura mais apenas como o tema pertencente à Ciência da Informação. O protagonismo da OC como subcampo da CI, como abordado pela própria pesquisa brasileira na virada do século passado para o século XXI, no que se refere à sua condição científica, é dividido agora com a ideia de que é OC consiste em um novo território que, transbordando a perspectiva inicialmente desenvolvida no país, imprime seus próprios contornos epistemológicos e se revela como um espaço emergente.

Não buscando forjar uma relação direta com a perspectiva desenvolvida por Hjørland, mas evidenciando suas convergências, é possível afirmar, provisoriamente, que a OC brasileira não dialoga com a concepção de Dahlberg, onde a OC é uma nova ciência independente da CI (pois a ligação com a CI é flagrante no pensamento dos pesquisadores brasileiros) e não mais se limita à égide da Ciência da Informação. Desse modo, não é descabido afirmar que a *perspectiva 2* – OC autônoma, mas com marcado vínculo com a CI – é a visão predominante no contexto da ISKO-Brasil.

5. Conclusões

O fato da Ciência da Informação ser, na virada do século XX para o XXI, a área responsável por abarcar e desenvolver as pesquisas atinentes à organização do conhecimento no Brasil

não impediu que esta última transbordasse os limites daquela e criasse gradativamente seus próprios contornos. A institucionalização da OC por meio do Capítulo Brasileiro da ISKO, pode ter sido tanto a causa quanto a consequência desse transbordamento na comunidade científica brasileira.

Porém, como mostrou a pesquisa, esse novo delineamento, que galga em busca de sedimentação epistemológica e que já marca um novo espaço, não significa um descolamento absoluto da organização do conhecimento com a Ciência da Informação. Muito provavelmente, esse descolamento nem seja de interesse da comunidade científica brasileira, e nem precisa ser. O vínculo que a maioria dos pesquisadores brasileiros de organização do conhecimento têm com a Ciência da Informação, seja de ordem institucional, seja de ordem epistemológica, reflete um pensamento majoritário que prefere entender ambas as áreas como espaços de imprescindível diálogo e interseção, não cabendo mais aquela relação de pertencimento de outrora.

Referências

- Albrechtsen, H. (1990). Software concepts: knowledge organization and the human interface. In: *Tools for knowledge organization and the human interface*: Proceedings of the 1st International ISKO Conference. Frankfurt/Main: Indeks, p. 48.
- ANCIB (2014). Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação. Disponível em <http://www.ancib.org.br/>. Acessado em: 11. Jun. 2014.
- Bardin, L (2003). *L'analyse du contenu*. Tême. Paris: PUF. (Le Psychologue, 69).
- Barros, T. H. B.; Moraes, J. B. E. (2012) Archival classification and knowledge organization: Theoretical possibilities for the archival field. In *Categories, contexts and relations in knowledge organization*: Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference 6-9 August 2012 Mysore, India. Advances in Knowledge Organization, 13. Würzburg: Ergon, p. 272-276.
- Bliss, H. E. (1933). *The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books*. New York: H. W. Wilson.
- Bliss, H. E. (1929). *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences*. New York: H. Holt.
- Borko, H. (1968). Information science: what is it? *American Documentation*, 19:1, p.3-5.
- Brascher, M; Café, L. (2010). Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (2010) (orgs.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP.
- Dahlberg, I. (1995). Current trends in knowledge organization. In: Garcia Marco, F. J. (1995) (org.). *Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza. p. 7-25.
- Dahlberg, I. (2006). Knowledge organization: a new science? *Knowl. Org.* v. 33, n. 1. p. 11-19.
- Dahlberg, I. (1993). Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowl. Org.* v. 20, n. 4. p. 211-222.
- ISKO-Brasil (2014): International Society for Knowledge Organization. Disponível em <http://isko-brasil.org.br>. Acessado em: 11. Jun. 2014.
- Foskett, A. C. (1973). *A abordagem temática da informação*. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed.UnB.
- Garcia, S. M. M.; Oliveira, Luz, G. M. S. (2000). Knowledge organization for query elaboration and support for technical response by the internet In: *Dynamism and stability in knowledge organization*: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference Würzburg: Ergon. p.189.
- García Gutiérrez, A. L. (2002). Knowledge organization from a culture of the border: towards a transcultural ethics of mediation. In: *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference. Würzburg: Ergon. p.518.
- Green, R. (2002). Conceptual universals in knowledge Organization and representation In: *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: Integration of knowledge across boundaries*: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference. Würzburg: Ergon. p.15.
- Kent, R. E. (2002). The information flow foundation for conceptual knowledge organization In: *Dynamism and stability in knowledge organization*: Proceedings of the Sixth International ISKO Conference. Würzburg: Ergon. p. 111.
- Guimaraes, J. A. C. (2008). A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 1, p. 77- 99.
- Guimarães, J. A. C.; Oliveira, E. T.; Gracio, M. C. C. (2012). Theoretical referents in knowledge organization: A domain analysis of the knowledge organization journal. In *Categories, contexts and relations in knowledge organization*: Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference 6-9 August 2012 Mysore, India. Advances in Knowledge Organization, 13. Würzburg: Ergon. p. 31-38.
- Hjørland, B. (2003). Fundamentals of knowledge organization. *Knowl. Org.* v. 30, n. 2, p. 87-111.
- Hjørland, B. (2008). What is knowledge organization (KO)? *Knowl. Org.* v. 35, n. 3/2, p. 86-111.
- Murguia, E. I.; Sales, R. (2013). Práticas Discursivas: organização do conhecimento em Otlet, Bliss e ISKO. In: Ribeiro, F.; CERVEIRA, M. E. (2013) (Org.). *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano*. 1ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto – CE TAC.MEDIA, v. 1, p. 446-461.
- Ohly, H. P. (2008) Knowledge organization pro retrospective In: *Culture and identity in knowledge organization*: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference. Würzburg: Ergon. p. 210.
- Ohly, H. P. (2012). Mission, programs, and challenges of knowledge organization. In: *Categories, contexts and relations in knowledge organization: Proceedings of the Twelfth International ISKO Conference*. Mysore: Ergon. p. 15-23.
- Otlet, P. (1990). The science of bibliography and documentation. In RAYWARD, W. B. (Ed.), *International organization and dissemination of knowledge*: selected essays of Paul Otlet. Amsterdam: Elsevier. p. 71-86.
- Saracevic, T. (1996). Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jan./jun. p. 42-62.

- Smiraglia, R. P. (2010). Perception, knowledge organization and noetic affective social tagging. In: *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Würzburg: Ergon*. p.64.
- Smit, J. W.; Barreto, A. A. (2002). Ciência da Informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIN, M. L. P. (2002) (org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis. p. 9-24.
- Souza, R. R.; Tudhope, D.; Almeida, M. B. (2010). The KOS spectra: a tentative faceted typology of knowledge organization systems. In: *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference*. Würzburg: Ergon. p.122.
- Zherebchevsky (2010). Formalism in knowledge organization. In: *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference*. Würzburg: Ergon. p. 98.

Anexo 1

Categorias de análise	Variáveis de inferência	Autores (datas)
Natureza da OC	Território científico: (campo; disciplina; espaço investigativo; área de estudo; domínio)	Guimarães & Dodebei (2011) Alves, Gracio & Oliveira (2011) Abdalla & Kobashi (2011) Mota & Silva (2011) Dodebei (2011) Miranda et al. (2011) Café (2011) Lima & Maculan (2011) Oliveira & Alves (2013) Guimarães (2013)
	Ação: (processo; conjunto de práticas; atividade)	Oliveira, Santos & Oliveira (2011) Baptista (2013) Varela & Barbosa (2013)
	Assunto: (linha de pesquisa; tema; objeto de estudo)	Lara (2011) Bufrem, Silveira & Nascimento (2013) Baptista (2013)
	Ciência: (nova ciência)	Andrade et al. (2011)
Relação entre OC e CI	A OC como um território científico autônomo sem relação com a CI. (perspectiva 1)	Andrade et al. (2011)
	A OC como um território científico autônomo que se relaciona com a CI. (perspectiva 2)	Guimarães & Dodebei (2011) Dodebei (2011) Abdalla & Kobashi (2011) Lima & Maculan (2011) Oliveira & Alves (2013) Guimarães (2013) Fujita (2013)
	A OC como tema próprio da CI, ou seja, a OC como uma subárea da CI. (perspectiva 3)	Lara (2011) Café (2011) Bräscher (2011 e 2013) Bufrem, Silveira & Nascimento (2013)

Quadro I: Apresentação dos resultados da análise

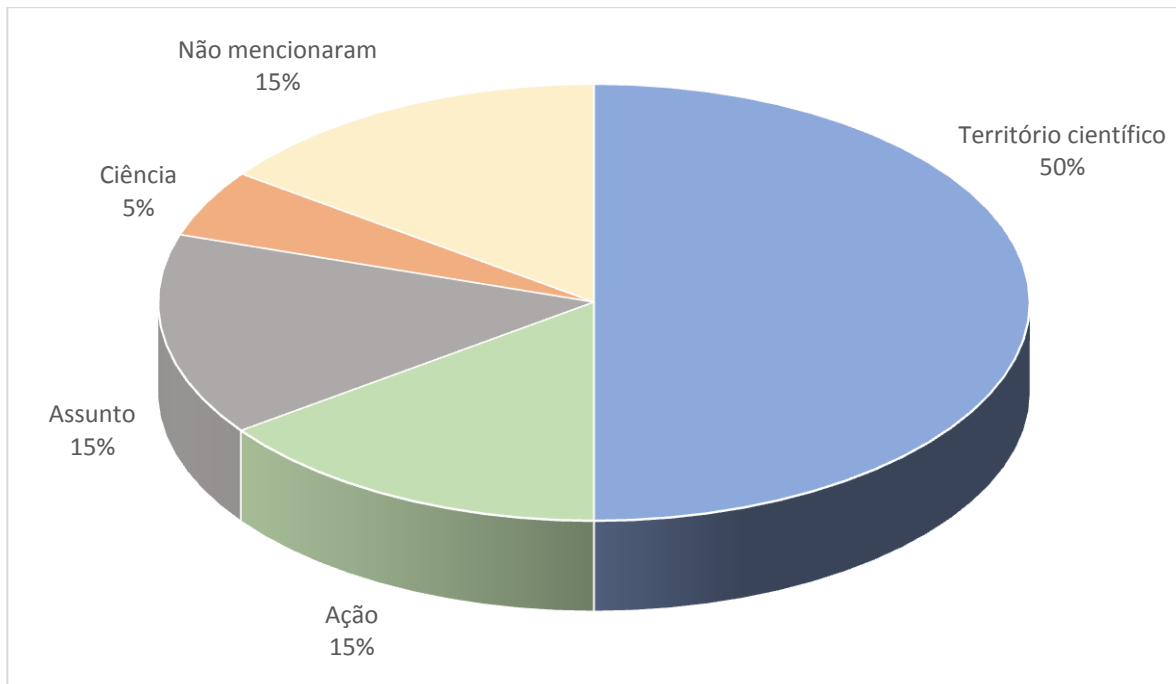
Anexo 2

Gráfico 1: Natureza da OC

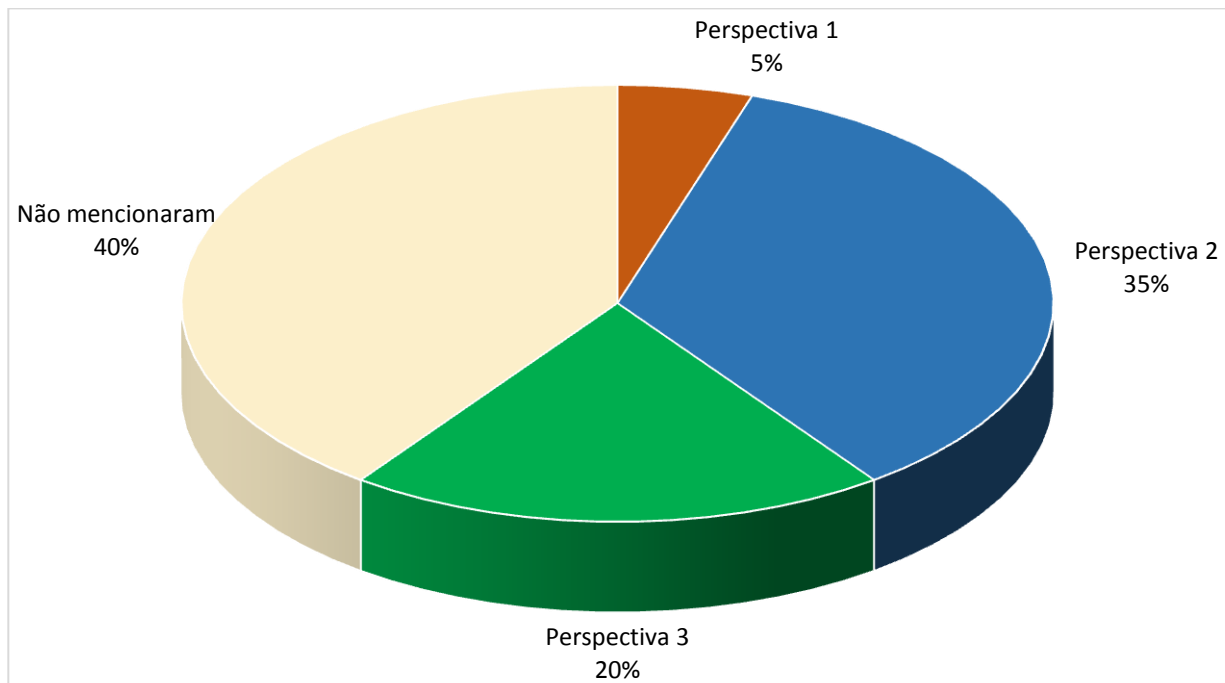
Anexo 3

Gráfico 2: Relação entre OC e CI